



# A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO NA ACADEMIA:

uma simulação inédita  
sobre o futuro  
do trabalho<sup>1</sup>

A principal instituição de regulação global centrada nas preocupações do mundo do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), completa 100 anos em 2019. Na edição de 2015 da Conferência Internacional do Trabalho (CIT) – órgão máximo da OIT que reúne anualmente e aprova as convenções, recomendações e resoluções que tratam das condições de trabalho e das relações laborais – o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, propôs como tema de fundo comemorativo do centenário, “o Futuro do Trabalho” (Ryder, 2015). Este documento assentou em quatro principais temas (ou quatro “diálogos do centenário”) vistos como não exclusivos mas sim como indicativos: (i) trabalho e sociedade; (ii) empregos dignos para todos; (iii) a organização do trabalho e da produção; (iv) a governação do trabalho. Desde então, e obedecendo ao espírito tripartido da OIT – isto é, envolvendo governos e representantes de empregadores e de trabalhadores – inúmeros debates e reflexões estão a ocorrer nos planos mundial, regional e local, versando sobre aqueles temas.

## A INICIATIVA DA CIT-UNIVERSIDADE DE COIMBRA

E se a discussão do futuro do trabalho fosse estimulada nos espaços de produção de ciência e conhecimento científico e não apenas nos habituais fora de discussão e com os protagonistas habituais do mundo do trabalho? Este foi o desafio que o Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra (CES)

e a OIT-Escritório de Lisboa lançaram, em 2016, à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Ao aceitar o desafio, a FEUC acolheu, pela primeira vez em espaço universitário europeu, a realização de uma simulação da CIT, colhendo assim a opinião dos estudantes da Universidade de Coimbra sobre o Futuro do Trabalho. A presença do diretor-geral na sessão plenária da CIT, dia 20/10/2016, constituiu (como se reforça abaixo) o primeiro momento formal de um processo iniciado meses antes e que se



HERMES  
AUGUSTO COSTA

Sociólogo; Faculdade  
de Economia da  
Universidade de  
Coimbra e Centro  
de Estudos Sociais



CIT | OIT: simulação em meio universitário; viralagenda.com

prolongou até ao final 2016, tendo inclusive animado a comunidade académica ao longo do ano letivo de 2016/17.

Nos trabalhos preparatórios da simulação da CIT, os mais de 300 “delegados” inscritos – a maioria estudantes de licenciatura em economia, sociologia, gestão e relações internacionais (áreas principais da FEUC), bem como de direito, psicologia, antropologia, etc., ainda que estudantes de mestrado e de doutoramento também tenham participado – debateram em comités e grupos de trabalho de acordo com a estrutura tripartida da OIT. Nesse exercício – eficazmente monitorizado por 13 “dinamizadores” (11 estudantes de doutoramento da Universidade de Coimbra e dois jovens doutores) –, cada delegado foi desafiado a colocar-se “na pele” de representante de governos, empregadores ou trabalhadores, contribuindo assim ativamente para promover compromissos orientados pelo princípio do diálogo social que é apanágio da OIT.

## A VISITA DO DIRETOR GERAL DA OIT

A visita do diretor-geral (inserida na primeira sessão plenária da CIT, dia 20/10/2016) foi antecedida de um trabalho preparatório de leitura aprofundada, por parte de todos

os delegados, quer do relatório *The future of work – centenary initiative* (Ryder, 2015), quer da *ILO Declaration on social justice for a fair globalization* (ILO, 2008). Assim, após os discursos iniciais da presidente da CIT e dos vice-presidentes (em representação de empregadores e trabalhadores), o diretor geral da OIT apresentou o relatório em que assentou toda a iniciativa. Ao fazê-lo, identificou três razões pelas quais o debate sobre o Futuro do Trabalho é crucial: i) as mudanças associadas ao mundo do trabalho, as quais se explicam por causas como a tecnologia, os desafios demográficos (com destaque para as tendências de envelhecimento, que colocam sob pressão sistemas de proteção social), a persistente globalização, os processos migratórios (e os obstáculos crescentes que lhes são colocados) ou as alterações climáticas; ii) a incapacidade dos cidadãos comuns para influenciarem as mudanças em curso (como afirmava Guy Ryder, “há forças que estão para além do controlo do indivíduo, as quais estão a determinar a direção do mundo do trabalho, não dispondo nós de meios para influenciar ou moldar esse futuro”); iii) a necessidade de ir ao encontro de critérios e imperativos de justiça social, desde logo porque o mundo se está a tornar mais injusto e desigual.

Na sequência da sua intervenção, nove delegados (três por cada grupo de interesses: representantes de governos, empregadores



<sup>1</sup> Além de constituir uma versão alargada de dois artigos anteriores que publiquei sobre este assunto no jornal *Público*, em 18/10/2016 e em 23/03/2017, este texto reflete o meu testemunho enquanto coorganizador da Conferência Internacional do Trabalho-Universidade de Coimbra. Por outro lado, parte do debate nele contigo está igualmente a ser objeto de atenção e reflexão no quadro do projeto de investigação intitulado “Rebuilding trade union power under austerity age: three sectors under review” (PTDC/IVC-SOC/3533/2014 - POCI-01-0145-FEDER-016808), a decorrer no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre junho de 2016 e maio de 2018.



FOTO: ILO PHOTOS NEWS on Visual Hunt / CC BY-NC-ND

Guy Rider

e trabalhadores) fizeram intervenções com o propósito de comentar o relatório do diretor geral. Em geral, as intervenções foram no sentido identificar problemas a partir dos quais se afigura urgente pensar em soluções. Na resposta, o diretor geral da OIT reforçou a importância do papel da OIT e o desafio que tem pela frente e que está associado à necessidade de se criarem mecanismos que assegurem que as regras e convenções da OIT são efetivamente aplicadas. O que, diga-se, é crucial perante a persistência de situações extremas (ex: 21 milhões de vítimas de trabalho forçado ou 168 milhões de crianças a trabalhar foram apenas dois dos números apresentados por Guy Ryder) que urge combater.

Por outro lado Ryder realçou ainda ser crucial lidar com outros desafios exigentes: a) como o desafio do fosso salarial de género que, em seu entender, tende a ser relativamente menor quando os cidadãos/ãs acabam os seus percursos escolares ou universitários (no início de uma carreira profissional) mas que se torna maior à medida que as pessoas progridem numa vida de trabalho ao longo de anos, sendo ainda maior esse gender gap para os mais qualificados; b) ou o desafio da

gestão da diferença entre tipos de qualificações/competências com que cada um fica equipado quando frequenta uma escola ou universidade e aquelas que são requeridas no mundo do trabalho; c) ou ainda o desafio ambiental, associado à transição para um futuro baseado em baixas emissões de carbono que permita continuar na senda do trabalho decente para todos.

## UMA SIMULAÇÃO ASSENTE EM TEMAS REAIS

Embora se tenha tratado de uma simulação, a CIT na Universidade de Coimbra abordou temas bem reais. Vejamos os quatro temas propostos pelos “dinamizadores” para responder ao repto do diretor-geral da OIT e que foram inspirados no seu relatório (Ryder, 2015). Cada tema foi debatido em comités com a mesma designação e cada debate foi iniciado com uma identificação dos principais problemas que, em cada tema de conversação específico, interferem com o futuro do trabalho.

Em primeiro lugar, a problemática da *macro-regulação económica* constitui um apelo à perceção do lugar da política económica na promoção do crescimento, na criação e na qualidade do emprego, fatores particularmente relevantes no atual contexto de estagnação da economia internacional. A “era da austeridade”, experimentada de perto no contexto português, e o processo de desvalorização

interna que lhe ficou associado, foram matérias em discussão. Como o foram também o endividamento público e privado, as desigualdades de rendimentos, o comportamento do setor financeiro, ou a substituição do “pleno emprego” pela “plena empregabilidade”, no campo das políticas públicas.

Em segundo lugar, *os impactos das mudanças tecnológicas* no trabalho e no emprego há muito suscitam um misto de sentimentos de atração e repulsa. Neste caso, as conversações centraram-se em aspetos como: o papel das indústrias do futuro; os diferentes tipos de trabalho digital; as implicações da automação produtiva na vida de quem trabalha; a interferência dos processos de individualização na gestão dos tempos de trabalho e do não-trabalho; o desemprego tecnológico; as exigências de novas competências; as tensões entre atividades de serviço público tradicional e o recurso a plataformas tecnológicas (de que o conflito entre taxistas e as plataformas Uber ou Cabify são apenas um exemplo ocorrido em Portugal e noutros países).

Em terceiro lugar, a discussão do *problema das desigualdades no trabalho e no emprego*. As desigualdades de género, traduzidas em persistentes assimetrias salariais ou de acesso a lugares de responsabilidade nas empresas, ocuparam um lugar importante. Assim como a questão de saber em que medida estão as formas de trabalho atípicas (contratação a termo, recibos verdes, trabalho a tempo parcial, temporário, à peça, etc.)

**“O papel do diálogo social em geral, e da negociação coletiva em particular, assumem uma centralidade inquestionável no sentido de comprometer interesses diferentes.”**

a cavar desigualdades de rendimento e de acesso a direitos laborais e sociais. Por outro lado, urge analisar que novos desafios se apresentam à gestão de “recursos humanos” nas organizações. Trata-se ainda, provavelmente, de regressar ao debate sobre uma conhecida dicotomia, apresentada pelo sociólogo Michael Burawoy, entre relações *de* produção e relações *na* produção.

Em quarto lugar, mas tão ou mais importante quanto os pontos anteriores, surge o desafio de pensar o *futuro das relações laborais* como veículo de promoção de direitos. Isso envolve, necessariamente, discutir como manter ativas as estratégias de diálogo/confronto/compromisso entre representantes de governos, empregadores e trabalhadores para que o trabalho, sendo um espaço de responsabilização e de dever profissional, seja crescentemente um locus de realização e valorização pessoal, de criatividade, de efetivação da democracia. O papel do diálogo social em geral, e da negociação coletiva em particular, assumem uma centralidade inquestionável no sentido de comprometer interesses diferentes.

## ALGUMAS PROPOSTAS DOS DELEGADOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Foram muitas e muito diversificadas as propostas emanadas da simulação da CIT em meio universitário. Uma vez que o que existia em comum a todos os delegados era o facto de serem estudantes da Universidade de Coimbra, a maioria das propostas teve sobretudo em conta a realidade portuguesa como pano de fundo, não obstante a presença de estudantes de distintas nacionalidades (em especial do Brasil). ▶



Da combinação entre o tripartismo da OIT e dos quatro comités temáticos – macro-regulação econômica do emprego; mudanças tecnológicas e trabalho; trabalho e desigualdades; futuro das relações de trabalho – resultaram cerca de três dezenas de propostas para o futuro do trabalho. Selecciono apenas algumas.

1. No domínio da macro-regulação econômica: a recomendação da criação de um fundo internacional para a criação de emprego (gerido por organizações como a OIT) e partindo do modelo do Fundo Social Europeu; a penalização de formas de especulação financeira e a taxação de setores menos taxados da economia internacional; o convite (aos Estados membros) para estimularem as empresas à criação de mecanismos voluntários de promoção de empregos de qualidade para além dos mínimos considerados admissíveis, quer distinguindo empresas com “selo” de garantia da promoção do trabalho digno (em matéria de rendimento, tempos de trabalho, realização de trabalhadores), quer publicitando e denunciando empresas seguidoras de más práticas laborais.

2. Quanto à articulação entre trabalho e tecnologia destaca-se: o incentivo à formação e requalificação/especialização de trabalhadores (em vez de despedimento); a concessão de isenção fiscal a empresas não lucrativas (reduzindo riscos de encerramento de atividades e de extinção de postos de trabalho); a defesa de uma maior articulação entre o sistema de ensino universitário e as necessidades do mercado de trabalho (ajustando vagas universitárias a necessidades reais, atualizando práticas de ensino e conteúdos programáticos, reforçando a componente tecnológica das instituições de ensino ou apostando no ensino profissionalizante como forma de dotar os futuros trabalhadores de maiores competências técnicas e de maior

**“Daí que as universidades sejam espaços privilegiados de reflexão e de debate, de ensino e aprendizagem, de confluência entre uma ciência crítica e uma ciência cidadã.”**

atratividade); a limitação à introdução de máquinas sempre que estas substituam pessoas; o reforço do investimento público na criação de incubadoras tecnológicas de economia solidária em universidades, comunidades e organizações sociais.

3. No campo das desigualdades, além da necessária renovação de ordenamentos jurídicos para melhor regular as novas formas de trabalho e da definição de medidas de valorização e aumento

do salário mínimo (acima do aumento da inflação) enquanto garante de justiça social e combate à pobreza, propôs-se a adoção de medidas de reforço da igualdade de género: maior equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional; eliminação de barreiras no acesso ao emprego e à progressão na carreira (propondo um sistema de quotas atribuídas às mulheres para lugares de chefia das empresas: 30% nas PME, 40% nas médias e 50% nas grandes); introdução de conteúdos formativos obrigatórios sobre igualdade de género, tanto nos *currícula* escolares (do ensino básico ao superior), como em contexto empresarial, para trabalhadores e empregadores (com um mínimo de 20 horas anuais); fiscalização e coimas reforçadas em caso de incumprimento das medidas de combate à desigualdade de género.

4. Por fim, anseia-se por relações laborais respaldadas por quadros regulamentares que assegurem a defesa e proteção de direitos. Desde logo, combatendo a precariedade e apoiando medidas como: limitação do período experimental a 45 dias; redução da jornada de trabalho; reforço da voz coletiva de trabalhadores nas empresas; sancionamento do recurso ao falso trabalho autónomo; estímulo ao acolhimento e integração socioprofissional de imigrantes e refugiados; ou incentivo à contratação coletiva.

Não obstante tratar-se de uma simulação, a CIT em meio universitário apresentou, pois,



FOTO: [ chang6 ] on VisualHunt / CC BY-NC-ND

Universidade de Coimbra

propostas concretas. Algumas com algum caminho feito, outras (porventura a maioria) à espera de ver a luz do dia, desde logo porque dependentes da articulação entre interesses (nem sempre convergentes) e da vontade política de governos. Todas, porém, com uma ambição legítima: fazer do trabalho uma fonte de justiça social, dignidade e bem-estar e não uma rota de precariedade, exploração ou submissão.

Os *think tanks* do futuro do trabalho não podem ficar fechados em gabinetes ou confinar-se a círculos burocráticos. Daí que as universidades sejam espaços privilegiados de reflexão e de debate, de ensino e aprendizagem, de confluência entre uma ciência crítica e uma ciência cidadã. Compostas essencialmente por públicos jovens, elas são “agências de transição” para a vida ativa, importantes instrumentos para o acesso ao trabalho. Os contributos saídos da simulação da CIT, produzidos pelos estudantes/delegados da Universidade de Coimbra, constituem, por um lado, a expressão de sentimentos coletivamente partilhados, reveladores de angústias e perplexidades inerentes à sua condição e, por outro, uma oportunidade inédita de lançamento de desafios e proposição de caminhos portadores de novas esperanças dignificadoras do trabalho, em conformidade com os princípios fundadores e a agenda da OIT. Ou seja, na linha do principal objetivo da Iniciativa do Centenário: “fornecer à OIT sinais,

direções, instruções, para o que deverá ser feito nos próximos cem anos” (segundo as palavras do diretor geral da OIT na 1ª sessão plenária da CIT em 20/10/2016).

Espera-se, pois, que as propostas dos delegados da CIT-Universidade de Coimbra –, entretanto remetidas para uma Comissão de Alto Nível da OIT a quem é atribuída a tarefa de redigir o Relatório Final que o diretor geral apresentará à CIT do centenário, em 2019 – possam (em conjunto com muitas outras) ser devidamente tidas em conta. É com elas que, desde já, o futuro do trabalho se constrói.

## Referências Bibliográficas

ILO (2008), *ILO Declaration on social justice for a fair globalization* (adopted by the 97th session of the International Labour Conference. Geneva: International Labour Office.

RYDER, Guy (2015), *The future of work – centenary initiative* (Report of the Director-General, Report I/ International Labour Conference, 104th Session). Geneva: International Labour Office. •